

A VELHA GUARDA

ÓRGÃO LOCAL DO PARTIDO REPUBLICANO PORTUGUÊS

Editor:

ALCINDO DIAS PEREIRA

Propriedade da Empresa de A VELHA GUARDA

Director:

VITORINO SIMÕES LOPES SAMPAIO

Redacção e Administração: Rua 31 de Janeiro, 165—Composto e impresso na Tipografia Minerva Vimaranesa: Rua 31 de Janeiro, 133—GUIMARÃES

Sobre o acto eleitoral

Havíamos feito, sob a epígrafe que encima esta succinta anotação, o breve relato da maneira — mais ou menos clara, apesar de pessoal — como encaramos o «recenseamento eleitoral». Quem nos leu, porventura se imbuíu daquela vaga inquietação tão inerente a semelhantes casos: a dúvida, aspirada a longos haustos do nosso humilde arrazoado. Não foi em vão que o fizemos. Propositada e maquinalmente, conduzimos o leitor a uma atitude de franca expectativa no concenrente a este agitado problema da nossa vida política. Marcamos indecisão.

Hoje, porém, vamo-nos adiantar um pouco. Umhas passadas mais nitidas ou menos ensombreadas. De facto — disse-o peremptoriamente o nosso inolvidável colega de Lisboa «República» — é da máxima utilidade que todos os Republicanos se recenseiem. Todos, bem entendido. E acrescenta esse vibrante paladino da Democracia que urge, ao mesmo tempo, fiscalizar patriótica e legalmente as operações do «recenseamento». Coerentes com os nossos princípios, sciétes da hora que passa e sem nos furtarmos à responsabilidade que, em quota parte, pode caber-nos, exortamos os Republicanos ao «recenseamento». Que o facto — como bem o acentua o colega a que nos vimos reportando — não toma foros de compromisso perante o futuro mais ou menos próximo. E isto implica, por intuição racional, com o doutrinamento exposto em o nosso primeiro artigo desta série. A nós, constitucionistas de sempre, importa saber se as condições de luta são iguais; isto é — que todos nos relevem esta teimosia crónica — se são promulgadas as sanções indispensáveis.

Nós julgamos que é essa a intenção da Ditadura. Porque lidamos de boa fé e encaramos o «problema» na melhor das hipóteses. O Governo Militar não concebeu de outra forma as eleições. E dizemos: não concebeu de outra forma, porque ele sabe insofismavelmente o que o contrário significaria. Ora, o Governo Militar vai decretar possivelmente essas sanções; mesmo para evitar que as urnas tenham apenas o concurso da União Nacional, que sintetisa uma opinião, mas não satisfaz tantas outras opiniões em que temos a honra de incluir-nos.

Além do que, o Governo tem a consciência — mais ou menos definida — de que a União Nacional, que tem usado da mais ampla liberdade de propaganda, não pode só por si fazer as eleições. Porque seria unicamente um absurdo. E podia significar tudo o resultado dessas eleições, menos a vontade expressa do País. Eis, enfim, a razão de nos aventurarmos a esperar do Governo Militar as facilidades indispensáveis. Só deste modo deixarão de ser uma luta desigual as próximas eleições.

Começemos a nossa actividade adentro da Legalidade. E aguar-

DOUMER, o maçõn

A França — sempre preñhe de altos exemplos cívicos — acaba de elevar à sua mais alta magistratura o cidadão Paul Doumer. O facto em si, que vem autenticar a patriótica disciplina da imortal raça gaulésa, sintetizando ainda o formidável equilíbrio político das suas numerosas facções, pouco nos surpreende. «In-limine», confessamo-nos um tanto abandonados a este lazer discreto de — à volta do cidadão eleito — martelarmos sobre o ferro frio. As verdades, se bem que demoradas, irrompem temerosas dos lábios do crente.

Lemos nos jornais — e foi ele que nos fez evocar Doumer! — que passou ontem a data do nascimento do saudável Democrata Dr. Magalhães Lima. Invadiu-nos o cérebro uma onda de pensamentos tristes ao recordarmos o nome do Português sem mácula. E' que este heróico defensor da humanidade, este generoso cabouqueiro duma verdade que nos salta aos olhos, este pioneiro do «Bem», e da «Virtude», foi por vezes mal compreendido. E a sua vida, a sua preciosa e inestimável vida, não foi menos do que um longo encadeado de obras beneméritas. A Igreja chama «santos», aos seus eleitos que — de certo modo — se tornaram singulares por actos de virtude. Canoniza-os.

Nós — áqueles que, como Magalhães Lima, se devotam ao resgate dos povos pela persuasão serena ou exemplo contumaz, áqueles que, como Magalhães Lima, reeditam a figura simpática do Nazareno — chamamos-lhe Democratas.

Magalhães Lima foi um puro. A Igreja ensina as crianças a rezar baixinho o nome dos santos; nós, muito ao contrário, queremos pronunciar bem alto os nomes de tantos que, como Magalhães Lima, foram grandes no «Bem Social».

Magalhães Lima foi um Democrata. Nos santos (?) há a intervenção do sobrenatural... o contacto do «além-mistério».

Nos Democratas apenas intervém o raciocínio.

Magalhães Lima era «maçon». E a que propósito o dizemos? Simplesmente: para acentuar o quanto têm de aprender, no seu exemplo, todos os detractores da «Maçonaria», nomeadamente o Nemo e outros de mais recente edição.

E foi por nos lembrarmos de Magalhães Lima que — sem percebermos a mutação — nos ocorreu o nome de Doumer, outro «maçon». Somos gulosos de acontecimentos tais como estes. Mesmo, para comentar certos contrastes que, de envolta, afloram à superfície das vagas. O cidadão Paul Doumer é um «maçon», categorizado. Mais do que isso: é um «ateu», que não se arreceia de confessá-lo. E toda a gente lhe enaltece as qualidades.

Até os reacçãoários — e lá vai o contraste — se afadigam em porfiosas cantilenas à vitória de Doumer.

A' vitória do «maçon».

A' vitória do «ateu».

Os reacçãoários franceses felicitaram Doumer porque odeiam Aristides Briand... que era o candidato das esquerdas. E Doumer, um «maçon», consciente, riu a bandeiras despregadas do ridículo papel do Cónego Desgranges. Porque o cónego Desgranges, um az da Igreja, foi, à frente de alguns «camelots du roi», felicitá-lo. O leitor, menos familiarizado com os jornais diários, pode achar estranho que na França da revolução, na França de 89, ainda subsiste esta semente ruim.

Pois fique sabendo que ainda subsiste. Além de muitos outros — ao todo, meia a uma dúzia de mimalhos — há os «camelos do rei». A França é uma Democracia; e, ao invés de muitos Estados, permite aos cidadãos, sejam eles quem forem, a liberdade ampla de expansão. Assim, é já vulgar vermos os chamados «camelos do rei», a fazer disparates nas ruas de Paris. E em seguida a apanharem valentes sovas dos liberais, etc.

Ninguém julgue, porém, que a França é um país de desordem. Em parte alguma tem a autoridade maior prestígio. Como — em boa verdade o devemos confessar — não é a França que em matéria social tem andado mais. Sob alguns aspectos, outros países a suplantam.

Mas o que sensivelmente nos agrada, são os seus fins do século XIX.

Andam por lá os «camelos», à solta.

Os monárquicos portugueses devem magiar fundo no sucesso. E o Padre Santa Cruz, cioso das suas tradições eclesiásticas, espanta-se de ver um cónego a cumprimentar o grande «maçon», francês. Espanta-se — bem como as «Novidades», — um único momento.

Porque no fim de contas, reconhece o objectivo da táctica...

Além da hospitalidade a Briand...

A táctica eclesiástica!...

Mas Doumer não os crê. Ri-se deles. Que o Padre Santa Cruz não esfregue as mãos!

Nem as «Novidades»!

A luz é demasiado viva para sofrer a influência da treva.

Se o Snr. Fernando de Sousa havia de esbarrar com isto, nem inventava aquela série de arrazoados contra a Maçonaria.

Espreitava qualquer coisa no seu vasto repertório.

As voltas que o mundo dá!...

H. BELÉM.

Será verdade?

Do sr. Tesoureiro de Finanças, deste concelho, recebemos as cartas abaixo transcritas, às quais, muito lealmente, dariamos publicidade, mesmo que sua ex.ª não invocasse o art.º 53.º da Lei de Imprensa.

«Ex.º Sr. Director de «A Velha Guarda»:

Para publicar no seu semanário, nos termos do art. 53 do Decreto n.º 12008 de 2 de Agosto de 1926, lhe envio a minha resposta ao que o mesmo semanário tem inserido a meu respeito e que venho desmentir pela forma que segue e como de direito.

Ultimamente, tive conhecimento de que em vários números do seu jornal e sob a epígrafe «Será verdade?» fui acusado e caluniado relativamente a funções do meu cargo. Para sua ilicitação (caso de boa fé tenha dado cabimento áquelas asserções delituosas) digo, e aos seus honestos leitores, que:

1.º Posso, livremente e nos termos da lei, aplicar a verba que me é directamente abonada e fixada anualmente, segundo o movimento da repartição, sem ter de dar satisfações a quem quer que seja.

2.º O pessoal que tomo é contratado por mim e remunerado como eu entender. A lei não intervem na escolha ou remuneração dele, pois que, mesmo que ninguém tivesse ao meu serviço, nem por isso deixava de ter direito à verba abonada. A lei é clara: poderei ter os que me «convier».

Unicamente devo ter um indivíduo para me substituir nos casos de impedimentos legais.

A lei não foi feita só para aqui; o que se dá neste concelho dá-se nos demais. Muitos serviços e repartições são dotados com abonos e, designadamente, pelo Ministério da Justiça, são atribuídos a funcionários, percentagens de milhares de escudos para pessoal e contudo, por esse país fóra, cada um tem o pessoal auxiliar que lhe convém, e muitos há que não têm nenhum e nem por isso, deixam de ter direito a esses proventos, nem ninguém se lembra de lhes perguntar como os aplicam.

3.º Quanto a acusações insinuadas e aventadas, vagamente, de má fé, sem qualquer base séria, só podem ter fundamento das que deixo pulverizadas.

4.º Da forma como remunero pela prestação de serviços os meus coadjuvantes póde fazer-se juízo pela carta que transcrevo e deles recebi, que faz parte desta minha resposta. Fica o original em meu poder à disposição de quem quiser.

«Ex.º Sr.

Nós, que prestamos serviços na tesouraria que V. Ex.ª dirige, declaramos que V. Ex.ª tem cumprido, absolutamente, os ajustes de remuneração que previamente e de comum acórdio foram estabelecidos quando entramos para o seu serviço.

E' dever da nossa consciência acrescentar que por vezes teem sido aumentados por V. Ex.ª, ex-

demos com fé inabalável o desenrolar da luta.

E sejamos crentes.
Viva a República.

xyz.

Transcrição

«Marte», órgão dos profissionais do Exército de Terra e Mar, transcreveu no seu número 461

o nosso suelto intitulado: «E Guimarães?»

Agradecemos as palavras amáveis que nos dirige. Agradecemos por tudo.

pontaneamente, os nossos honrários e ainda com gratificações nos meses de maior serviço.

Pela nossa parte julgamos ter cumprido os nossos deveres zelosa e honestamente e muito gostamos de ouvir as boas palavras de agrado e incitamento que nos dirigiu o Dig.^{mo} Inspector quando do resultado da inspecção e balanço à Tesouraria.

Agradecemos a V. Ex.^a tudo o que nos tem feito, bem como a maneira afável como sempre nos tem tratado; isto também para que V. Ex.^a não imagine que somos cúmplices ou indiferentes às injustas palavras que num jornal da terra lhe tem sido dirigidas.

Guimarães, 23 de Maio de 1931.

Joaquim Dias

José da Silva Machado

João Manuel Leite Mendes.

Guimarães, 27 de Maio de 1931.

José Adão Pereira da Silva.

Prêgando no deserto

por ARNALDO DE SOUSA LOBO

Ser republicano Há indivíduos que se julgam republicanos e todos se ufanam quando o dizem ser, em público, entre amigos.

E no entanto, se fômos indagar se de facto o são, temos forçosamente de reconhecer que o não são, nem podem sê-lo.

Para se ser republicano não basta dizê-lo: é preciso que não caluniem ninguém; que vejam nos demais correligionários, pessoas de bem; que repudiem tudo o que possa ferir, nas suas honras, os republicanos; que auxiliem monetariamente os republicanos que não têm trabalho nem dinheiro; que façam à imprensa republicana toda a propaganda, arranjando-lhe assinaturas, ou então ajudá-la monetariamente, dando-lhe tudo o que lhes fôr possível; e em especial fazerem da Pátria e da República, o altar de todas as preces, etc., etc.

Neste momento de união da família republicana, não deve discordar um republicano, seja porque motivo fôr, com outro republicano, mesmo que este tenha errado, porque errar é próprio dos homens, e só não erra aquêle que é infalível.

Já um eminente cidadão português disse que «onde está um republicano está um homem de bem» e não devemos, portanto, ir de encontro aquelas palavras, que encerram uma grande lição.

Tenho notado que alguns republicanos se deixam arrastar pelas mentiras torpes que a imprensa monárquica todos os dias despeja, só porque sabe mentir, narrando factos que são, nem mais nem menos, umas tantas invenções, que as cabeças dos seus mentores brotam, como melhor lhes apetece.

Os republicanos não só não deviam acreditar naquelas palavras, como as deviam repudiar; só assim eu compreendo que sejam republicanos.

Sempre, sempre que a ocasião se depare, devemos nós, irmãos de ideal, fazer ver aos espíritos menos arraigados a verdade tal qual ela é, para poderem pizar terreno firme e não deslizarem no pantano, que encoberto, os espreita para engulir.

*

O jornalismo «dêles» Há certo jornal — eu não costumo fazer reclamações grátis — cuja forma de jornalismo é única.

O mentor — que só está contente quando faz cócegas, procurando para isso coisa a que se agarre — tem, a um tempo a esta parte, insultado e caluniado republicanos que nos são caros, sem

procurar saber se de facto estão ou não réus dos delitos que lhes aponta.

Acorda mal humorado e ainda na cama lhe prepassa pela mente um sonho que tivera.

E se fôsse verdade? Levanta-se um bocado, encosta-se a secretária que tem perto, pega na pena e zás...

Naquela fúria não deseja saber se vai fazer algum reboliço, o que quer é descarregar a consciência, que os seus sonhos que tivera durante a noite lhe acomularam com tanta coisa.

Nisto pára um bocado, e a liga aparece como por encanto; zás...: nova seringadela e nova descarregadela, cada vez com mais veemência, com mais furor.

Até parece S. Tiago quando se atirou aos mouros.

Mas, é claro, que nunca chega a atingir o fim em vista, porque, com aquêle furor, nem sempre acerta no alvo, de maneira que é baldado todo o trabalho.

E querem saber porquê? Isto, como acima digo, passa-se no seu quarto, e remete tudo depois para as oficinas do jornal, e os redactores, ou porque não compreendam bem o seu trabalho, ou por qualquer outro motivo, mastigam, mastigam, e não mais sai coisa completa.

E depois as vítimas vêm a ser êles próprios.

E' assim o «seu» jornalismo.

Transcrevemos

De «O Primeiro de Janeiro», de 28 do mês que finda:

Roma 27.—Em consequência dos últimos acontecimentos, o Governo resolveu adoptar medidas de precaução contra manifestações de fascistas exaltados contra os institutos católicos e o Vaticano. Uma companhia de infantaria guarda as proximidades do Vaticano, desde a praça de S. Pedro até à Cripta de Victor Manuel na rua que conduz ao Vaticano.

No centro e repartições da Azzione Católica e bem assim no Seminário e clubs católicos, foram colocadas forças da Polícia.—United Press.

E esta agora? São marmelos dêstes que maltratam as «Novidades» e o Padre Santa Cruz.

Qualquer dia aparecem a dizer dos «camisas negras» o que Mafoma não disse do unto.

Pois mastiguem lá êsse bocado de prosa.

Que a vida não é só rir. Aconselhamos o Padre Santa Cruz a estudar um sermão sobre o Duce. Pode calhar o sucesso.

A última hora

Os Partidos Políticos Republicanos e o Partido Socialista formaram a frente única dos Partidos Constitucionalistas.

Afirmam aceitar o princípio de revisão da Constituição de 1911, a fim de — para a boa organização da Democracia — serem atendidas as modernas correntes doutrinaárias.

Cidadãos,

recenseai-vos dentro dos prazos legais. Ao vosso dever de portugueses, impõe-se, nesta hora que passa, a necessidade do recenseamento. Vós tendes responsabilidades. Recenseai-vos, cidadãos.

Quereis uma explicação sobre esta ou aquela face da lei eleitoral?

—Ide ao Centro Republicano colher a informação. Que alguém se encontra ali, a qualquer hora, para elucidar-vos.

Escola Industrial e Comercial

de
«Francisco de Holanda»

Foi no passado dia 27 que, neste importante estabelecimento de ensino técnico, se procedeu à inauguração das oficinas de tecelagem, mercê do aturado esforço do seu pessoal docente, mormente o nosso amigo e valioso correligionário, sr. Abel Cardozo, que ali desempenhou superiormente as funções de Director. Falaram várias entidades convidadas.

O discurso, porém, do sr. Abel Cardozo mereceu-nos um especial reparo, motivo porque — constituindo uma grande lição — o transcrevemos na integra. Ei-lo:

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Câmara, Ilustre Presidente da J. G. do Distrito, Meus Senhores:

Finalmente! Após longos anos de extenuante cansaça, de intensa e persistente luta, quis o Destino que eu visse coroados do maior êxito todos os nossos esforços se realizassem fim, as minhas supremas aspirações como humilimo director dêste estabelecimento de ensino!

Dir-se-ia um sonho! Daqui a momentos, os teares das nossas oficinas entoarão triunfantes um hino vibrante ao trabalho!

Aquela maquinaria inerte e por tanto tempo inútil, antiquada e apodrecida sucata, no dizer mais volutamente intencional de alguns amigos desta Escola — excelente porém, e moderna afinal, na opinião autorizada do mestre das mesmas oficinas, opinião esta que nos quis confirmar com a dos próprios fabricantes e fornecedores daquelas máquinas, aos quais pedi, para confronto, catálogos ilustrados das suas últimas produções mecânicas, que em coisa alguma diferem (senão, às vezes, para pior) dos teares modelos que possuímos — aquela maquinaria inerte, dizia eu, vai finalmente levantar-se do seu prolongado entorpecimento, justificando, agora de um modo iniludível, absolutamente categórico, a existência da nossa Escola.

Até que enfim!

Não tenho a menor dúvida em afirmar que as oficinas de tecelagem que hoje se inauguram na Escola «Francisco de Holanda», marcam vitoriosamente o início de uma nova era de prosperidade para as indústrias textis dêste concelho, embora o scepticismo indigena sorria desdenhosamente da minha afirmação e encolha os ombros indiferente.

Esta Escola teve sempre, infelizmente, e continua tendo, inúmeros detractores. Apesar disso, vai singrando por que não se justifica tal rancôr; e, estou convencido de que aqueles que lhe querem mal, se um dia a vissem desaparecer, seriam os primeiros a clamar incoerentes, aos quatro ventos: «Que mais nos levarão?... Que mais nos levarão?...»

Mantenho inabalavelmente a convicção de que, nas escolas industriais, se a oficina não é tudo, é, pelo menos, quasi tudo.

Com effeito: o operário simplesmente teórico não se compreenderia, como igualmente se não compreende o operário unicamente prático. Necessita de conhecimentos teóricos indispensáveis à sua profissão, que o elevem no meio social de que faz parte integrante, como necessário se lhe torna, sem contestação, firmar, pela prática, aqueles conhecimentos, aliando e moldando harmónicamente uma e outra coisa.

A teoria colhida adentro da Escola, deve ter portanto, nas oficinas da mesma Escola, imediatamente, a sua demonstração prática.

Não vem êle aqui simplesmente para aprender a atar fios ou a travar e destravar monotonamente as suas máquinas, numa restricta distribuição de trabalho.

Não. E' outro o fim das Escolas Técnicas:

—O estudo, digamos, científico das Artes do Desenho, nas suas variadas modalidades, o dos estilos, seguido do estudo especializado do debuxo e do *mise-en-carte*, orientando o trabalho oficial, intimamente ligado às restantes disciplinas, todas, consequentemente, da maior utilidade e que constituem o curso do officio de tecelão-debuxador desta Escola, nas quais se ministram conhecimentos de Física e Química, de Tecnologia, de Aritmética e Geometria, e, finalmente, como base primordial da educação de todo o cidadão Português, sem excepção, o estudo da sua língua, o estudo da Língua Pátria, preparam indubitavelmente, de uma forma superior, o operário para a posse plena do seu officio, distinguindo-o, nitida e profundamente, daqueles que não possuem essa preparação.

E êles bem o compreendem. A prova é que, se muitos dêles não frequentam a Escola porque a sua idade, ou a rotina que de todo os absorveu, lhes

não permitem modificar-se, para aqui mandam os seus filhos.

Eles aí estão! E alguns de bem longe: da Cruz da Argola por exemplo, de Polvoreira, de S. Miguel e até do Pevidem arrostando com todas as intempéries dos mais rigorosos invernos, em longas caminhadas, diariamente, até à sua Escola.

E' assim que se forma o operariado consciente, em todos os Países civilizados.

E não será o operário assim formado uma garantia segura de progresso para a industria que quer servir?

Evidentemente. E' tempo portanto, de deixar de ser máquina da sua máquina.

A inauguração, pois, das nossas oficinas enche-me a alma simultaneamente de comoeção e de júbilo, registando o termo da minha acção insignificante como director desta casa, que abandonarei em breve, com amargurante saudade, embora voluntariamente; tendo sido nomeado professor de uma das Escolas Profissionais da Capital.

E, se não fôra o meu feito naturalmente retraído e inteiramente avesso a exhibicionismos de qualquer natureza, por mais justificados que pareçam, teria atraído a atenção dos meus conceterrâneos para o facto que aqui nos detem, festejando-o ruidosamente com música, foguetes, bandeiras, iluminações e profusão de convites.

Preferi porém, reunir em íntima e sincera solenidade os verdadeiros amigos desta Escola, valiosíssimos elementos que, como tais, tem dado as melhores provas, contribuindo para o seu desenvolvimento eficazmente, e que, espíritos sadios, com a maior clareza compreenderam a sua finalidade.

Assim, nesta ordem de ideias, e para que os seus nomes fiquem para sempre gravados honrosamente nos anais deste estabelecimento, tive o feliz ensejo de convidar sua Ex.^a o Ex.^{mo} Presidente da Câmara, não esquecendo as dâdivas de alto valor com que a digníssima Comissão da sua presidência, por várias vezes tem auxiliado esta Escola.

Não podia, do mesmo modo, deixar de solicitar do Ex.^{mo} Capitão Duarte Fraga, ex-professor muito ilustre da nossa extinta disciplina de Desenho de máquinas, a sua presença a este acto, na sua qualidade de patriótico instituidor do prêmio pecuniário denominado «Gil Vicente», que anualmente a Ex.^{ma} Câmara oferece aos nossos melhores alunos incitando a todos o amor ao trabalho e ao estudo.

Igualmente aqui faria falta a presença do ilustre professor do Liceu Ex.^{mo} Sr. Dr. António de Jesus Gonçalves, digno de toda a nossa consideração e reconhecimento pelo patente motor que conseguiu para as oficinas que hoje vão entrar em laboração, além do valioso prêmio pecuniário também anualmente destinado ao mais distinto aluno do Curso Comercial ou Industrial desta Escola e que, da mesma forma, obteve da J. G. do Distrito de Braga quando procurador do Concelho de Guimarães a mesma Junta.

E, finalmente, não podia deixar de ser por mim aqui exigida (é o termo) a comparencia do Ex.^{mo} Sr. António Lopes de Carvalho que, rematando com chave de ouro esta obra em si maravilhosa, fechando com todo o brilho o *bonquet* que a vai coroar, tornou possível, com os esforços conjugados de V.^{as} Ex.^{as}, num largo gesto de nunca desmentido amor bairrista, a realização dos nossos sonhos, fazendo que a J. G. do Distrito de Braga, a qual presentemente preside, oferecesse ultimamente, para a montagem definitiva das nossas máquinas, a importante quantia de quinze mil escudos.

*

Não sendo presentemente possível aos cofres do Estado comportar as despesas da conclusão da obra que iniciou nas oficinas desta Escola, com uma verba insuficiente para a limpeza de todo o material mecânico, e havendo ainda a necessidade inadiável da aquisição de duas máquinas importantes — uma urdideira e uma máquina de picar cartões — para as mesmas oficinas poderem considerar-se relativamente completas, eu, aproveitando o momento, nesta minha despedida, mais uma vez apelo para os nobilíssimos sentimentos de amor à laboriosa grei, os quais são apanágio daqueles a quem, com toda a justiça, acabo de prestar as minhas homenagens.

Particularmente como director desta Escola, devo confessar que a minha gratidão para com V.^{as} Ex.^{as} se destacará indelévelmente, de entre a gratidão colectiva do povo da nossa terra. Muito obrigado, mil vezes obrigado.

*

Apraz-me também salientar nesta hora, os relevantíssimos serviços prestados pelo ilustre mestre das nossas oficinas de tecelagem, Ex.^{mo} Sr. Ilídio Ribeiro Dias, a quem se deve a salvação, pura e simples, de todo aquele material, que o seu antecessor, um mestre Belga, em tempo para aqui contratado pelo Governo da Nação, havia deixado em caótico estado, tudo tendo envolvido numa lamentável confusão, de endoidecer.

Pacientemente porém, metódicamen-

te, com muito trabalho, grande dedicação à Escola e muitíssimo saber, mestre Ilídio foi pouco e pouco decifrando aquela verdadeira charada, destrinchando peça a peça, até que, ao cabo de imensas noites mal dormidas, realizou a sua montagem.

Para êle pois, igualmente, o meu maior reconhecimento.

*

E agora, resta-me, Sr. Presidente, depois de V. Ex.^a ter concedido a palavra, se assim o entender, a alguém que deseje usar dela, convidar V. Ex.^a a acompanhar-me, bem como todas as pessoas presentes, às oficinas da Escola, afim de a laboração das mesmas se iniciar, dando-nos V. Ex.^a a subida honra, que antecipadamente agradeço reconhecido, de pôr em andamento o motor ali assente, considerando-se desde então inauguradas as oficinas de tecelagem da Escola Industrial e Comercial de «Francisco de Holanda».

E, se V. Ex.^a assim o julgar conveniente, dará dessa forma por encerrada a presente sessão.

*

Muito agradecido, penhoradamente agradecido a V.^{as} Ex.^{as} e à ilustrada imprensa aqui distintamente representada, pela elevada honra de tão gentilmente haverem correspondido ao meu modesto convite.

Tenho dito.

.....

No Perú

A Junta Governativa faz saber, por uma nova lei eleitoral, que deseja para os cidadãos a mais ampla liberdade nas eleições que vão realizar-se.

Suspensão do estado de sitio, etc.

Parabens aos peruanos.

.....

E o regimento?

Sob esta epigrafe desfiava «A Velha Guarda» umas breves considerações à ida, a Lisboa, de algumas individualidades vimaranenses com o fim de conseguirem para cá uma Unidade Militar.

Esta regalia, porque há tanto nos extenuamos, mereceu-nos um decidido interesse. Guimarães tem jús a um nadinha de atenção da parte do Governo. E os nossos conceterrâneos fizeram a sua caminhada à capital como representantes das nossas forças vivas. Em o nosso último número, insinuamos o desejo de que o sr. Presidente da Sociedade de Defesa e Propaganda de Guimarães nos informasse em nota officiosa sobre o caminho da petição. Já dissemos que a Guimarães pertence — em virtude de um plano de ordem geral — uma Unidade Militar, mercê da última Reorganização do Exército. Lemos, entretanto, numa montra da cidade, a almejada nota officiosa, que se ostentava ao conhecimento de todos os que quizessem lê-la.

E ficamos sabendo — apesar de nos jornais diários termos lido quasi o contrário — que iamos ter um batalhão na próxima Reorganização do Exército. Ora, o que o sr. Ministro da Guerra lhes disse (aos nossos conceterrâneos) foi que só quando as possibilidades dos cofres públicos o permitissem, nos seria dada uma Unidade Militar. Mas a nota officiosa a que nos referimos, exposta numa montra à consulta pública, não nos satisfaz nem nos desconcerta. Só desejamos fazer um levíssimo reparo ao facto de dizer-se ali que o Batalhão referido vai comportar — não sabemos se excepcionalmente — tantas praças como uma Unidade Militar. Nós sabemos pouco de coisas militares; não obstante, parece que estamos em presença de um paradoxo.

Quem nos explicasse!

Depois, ainda ninguém nos falou no Distrito de Recrutamento de Reserva, o que é importante.

Coisas de que muito agradecemos uma informação...

Os meus instantâneos

VI

A' laia de charadas

Quando passo em frente do "coreto municipal" (vocalências não calculam!) há em mim, muito cá dentro, compungidos arrastamentos de tristura.

E que há-de ser!?... Quasi nada. Como sou humanitário, doi-me o abandono do prédio no meio das trevas quasi medievais daquele jardim público. Há anos que os seus inquilinos bateram as palhetas...

E nunca mais, e nunca mais voltaram! Não são dados a nostalgias.

*

E os sinos da minha terra!... Logo de manhã cedo, mesmo antes de os pardais virem a público com o seu pipilar e os seus voojos, comungam "à compita" nos seus festivos repiques sonoros.

A gente de encantada, até acorda estremunhada. Tudo em festa. Sempre em festa.

Aleluia! Muita aleluia! O que faltam é rôscas. E vai tudo para o céu de escantilhão. Logo que venha um terremoto que nos mate "à uma"...

A gente lá vai a toque de sino.

*

Guimarães é uma terra fidalga. Muito hospitaleira. De maneiras muito urbanas.

Quando pilha dentro dos seus muros um pobre cão sem dono... oferece ao turista — e com o tom da sua velha galhardia — um opi-paro banquete de confraternização.

Após os mil e um protestos de mútua simpatia, é-nos grato apreciar a forma comovedora como o visitante se despede.

Estorce-se, gane, põe os olhos em fogo. E, de repente, vem a pá do lixo atirar com o turista para o monturo.

Ainda ante-ontem houve disto ali no Carmo.

Coisas da minha terra. Muita fidalguia e muitas bolas. As bolas!

A S. P. A. bem fala! Mas a fidalguia da minha terra não vai na "rede".

*

Fala-se agora muito na célebre frase do Papa: *um bom clerical não pode ser socialista*... ou coisa que o valha.

Eu acho neste assêrto um fundo de justiça. Porque a sê-lo (socialista um bom clerical?) lá iam os eclesiásticos e seus familiares corridos de à-beira dos potentados.

E que havia de ser do mundo!? Estava tudo perdido. Findavam os vulcões e os eclípse. A vida era um aborrecimento.

Não tinha graça! Nem eu, ou antes: nem nós acreditávamos que os clericais fôssem socialistas...

Porque tinham que repartir muita coisa. E isso não é evangélico.

*

Temos conhecimento de muitos grupos scénicos que aqui — nesta terra fidalga — têm nascido e morrido. Anda agora mesmo um em voga. Como bairristas, regosijamo-nos com o melhoramento. Os rapazes, na maioria esperançosos, querem fazer da arte de Talma um verdadeiro sacerdócio. São já actores de mérito.

Porisso nos aventuramos a afirmar que — enquanto houver disto — o teatro não morre em Portugal.

São pequenos "tabordas" que andam por aí.

*

E o povo canta. De quando em vez, e como

que a avinagrar as tristezas que nos ralam, lá vai uma estirada cançoneta pela calada da noite.

São mesmo dôres de peito! Depois... tudo são funerais de rapazes de verdes anos. Morre-se da física por "dá cá aquela palha".

Mesmo a morrer de lamúrias... o povo canta sempre. Sempre canta.

E morre a cantar. Razão tinha o Paisinho. Escolheu o único modo de vida que corre.

Que não tem crises.

Ricardo de S. Gil.

Bravo!

A «Gazeta de Torres», referindo-se há tempos à Federação da Imprensa Republicana, acentuava que reprovará o facto de certos jornais — que se dizem republicanos e fazem o jôgo dos reaccionários — enfileirarem ao lado dos verdadeiros órgãos da Democracia. A ideia do valoroso confrade colheu os mais rasgados aplausos nos vários jornais de provincia que à causa da República se devotam.

Muito bem. «A Velha Guarda» também aplaude com entusiasmo. Porque é preciso distinguir. Há jornais «republicanos» (?) que cantam hossanas ao jesuitismo.

Tem razão a «Gazeta de Torres».

Tribuna do Funcionalismo

O Decreto n.º 19.478, de 18 de Março do corrente ano, estabeleceu as condições reguladoras da comparência dos funcionários e das suas faltas ao serviço. De um modo especial, chamamos a atenção dos interessados para a justificação das faltas, quando motivadas por doença, e excedam 2 dias por mês. O envio dos atestados de doença, nos termos precisos do art. 8.º do citado decreto deve fazer-se no prazo **improrrogável de 3 dias, o qual começa no terceiro dia da doença**. Assim, o terceiro dia da doença é o primeiro dia de prazo. No atestado médico deve mencionarse o número e a data do Bilhete de Identidade do respectivo funcionário.

N. B. — De futuro, teremos o cuidado de informar sobre qualquer assunto do «Diário do Governo», que mais interesse ao funcionalismo.

Teatro Gil Vicente

Na última semana, foram passados, pelo écran desta casa os filmes: «Ricardito jornalista» e «Garota do circo».

Hoje: «Fantasma do castelo» e «Rim-Tim-Tim policia».

O snr. Francisco Gonçalves da Cunha, nosso correligionário, assumiu a gerência desta casa.

Calçado barato

Botas e sapatos para homem; sapatos com sola de crepe, para senhora, a 22\$00; sapatinhos desde 6\$00; sandálias para criança, sapatilhas, chinelas e sapatos para quarto. O melhor sortido e mais barato, só na **Camisaria Martins**

«A Velha Guarda»

E' distribuído com dois dias de atazó o presente número, do que pedimos desculpa aos nossos pre-zados assinantes.

Assuntos de Instrução

Exames

Nos meios escolares do ensino primário andam duas interrogações:

Haverá exames do 1.º grau? Os exames do 2.º grau serão feitos como nos dois últimos anos ou serão realizados nas escolas em que haja alunos propostos?

Estas perguntas veem-se arrastando desde há meses, sucedendo-se as respostas com mais argumento ou menos evasivamente, sem que até ao presente um esclarecimento com um pouco de carácter de «nota officiosa» surja das instâncias autorizadas a responder sem sombra de dúvidas.

O que é certo é que a época de serem apresentadas as relações de examinandos está eminente e os professores oficiais, directores ou professores de estabelecimentos de ensino particular e encarregados da educação das crianças de ensino doméstico se vêm obrigados, por enquanto, a apresentá-las sem qualquer aviso.

E' sabido que o decreto que estabeleceu os exames do 1.º grau, ainda não foi regulamentado, sendo já muito tarde para admitir a hipótese de o vir a ser.

Não é, porém, a primeira época de exames em que nos últimos dias surjem as providências adequadas à realização destes actos.

Parecendo, a um exame superficial, um facto banal para alguns, é contudo de considerável importância.

Os alunos saídos do ensino particular e doméstico que procuram as escolas primárias oficiais para se habilitarem ao diploma do 2.º grau, esbarram com dificuldades, porquanto não exibem documento comprovativo da frequência das disciplinas da 3.ª classe e a respectiva aprovação, ingressando a grande maioria na 2.ª classe.

Não é um rápido exame no acto da matrícula, sobretudo nas escolas centrais, que um director da escola primária se certifica de que o aluno a matricular está preparado para receber o ensino das disciplinas da 4.ª classe.

Realizando-se os exames do 1.º grau, estes alunos ou recebem o certificado de aprovação ou ficavam compreendendo que tinham de repetir a 3.ª classe.

Queremos crer também que os exames do 1.º grau são destinados a os alunos poderem provar que possuem um mínimo de instrução que os exclue do número dos analfabetos.

Ora, crianças há que não dispõem nem de tempo nem de meios para frequentarem a 4.ª classe e ficam, portanto, sem poderem provar o mínimo de preparação escolar.

Lamentamos, portanto, que estes exames não estejam já regulamentados.

Relativamente à pergunta: serão os exames do 2.º grau realizados nas escolas oficiais onde haja alunos propostos?

Nada há resolvido também e achamos que inconveniente algum haveria em que o fôssem.

Não perigava nem a seriedade nem a importância do exame.

Guimarães, em 28-V-1933.

BABINO.

Da «República», transcrevemos:

Um apêlo a todos os republicanos

Uma senhora, esposa de um ex-oficial do exército, está presentemente passando as maiores privações juntamente com 10 filhinhos menores.

Esta senhora foi há dias ope-

rada, o que mais veio agravar a sua já tão aflitiva situação.

Republicanos! Lembrai-vos a todo o momento da situação desta senhora e dos seus 10 filhos, tanto mais que seu marido é um dos nossos mais dedicados correligionários que se encontra ausente.

Qualquer auxilio poderá ser-lhe enviado para esta redacção.

Mês de Maria

Temos debaixo dos olhos um jornal de comprovado affecto ao catolicismo em que numa tirada literária repleta de muito amor e beleza, de muito perfume de rosas e de luz viva a refulgir pelas naves das catedrais góticas, se glorifica, neste poetico mês, a terra eternamente creadora, mãe amorável — que abre agora a seu seio forte, donde se erguem ao sol ondas de perfume, se iluminam maravilhas de côr, estremece e lateja um ressurgimento intenso de toda a fonte da vida.

E depois, poeticamente sempre, fala-nos a prosa da glorificação intensa que por este mês em fora se eleva dos templos soberbos e das capelinhas rústicas e que constituiu o culto supremo da Virgem!

Mas se a terra abre agora o seu seio forte de mãe fecundadora, se por toda a parte há canções e desejos ardentíssimos de vida, se as flores ostentam as suas galas, todas risonhas, todas cheirosas, coradas como o pejo umas, brancas como o colo do cisne as outras, impregnando o ar dum odor suave que os crentes aspiram, como conciliar a lição da natureza com o culto duma virgindade que estiola disposições de procreação, de amor, de poesia e de luz?!

Como glorificarmos a carne virginal e portanto infrutifera se a natureza nos cerca esplendidamente das maravilhas que produz na máxima exuberância da sua vitalidade creadora?!

Falar da religião, discuti-la com critério, com justiça, é hoje trabalho perigoso e insano: mas, à medida que o pensamento nos entretém com estes incidentes, ao passo que, revolvendo a mente, chegamos ao conhecimento destes quadros de situação presente, sentimos um efeito poderoso no espirito, uma contracção violenta no cérebro.

Não vamos condenar este dogma, nem ao contrário elogiar aquêlo: não é nosso fim tampouco apresentar a história dum culto ou duma seita. Desviamo-nos desse caminho e conduzimo-nos a outro alvo.

Passa o mês, denominado «Mês de Maria»: os sinos convocaram os fiéis às suas glorificações nas várias igrejas em que se distinguiram a voz dos cantores, os sons maviosos do órgão e dos instrumentos, o verbo inspirado do orador. Que significam essas cerimónias? Que efeito produzem em nós esses festejos entusiásticos? Serão meros concêrto, que delicias os nossos ouvidos e tornam um templo lugar próprio e adequado para isso? Que queriam dizer aquelas palmas revoando por entre as arcarias no edificio que os católicos veneram? Que queriam dizer aquelas ovações nas conferências do Congresso Eucarístico, chegando ao superlativo do entusiasmo! Qual a razão?

E' diante destes mistérios, que o espirito recusa fornecer-nos ideias, colocando um véu sobre tudo o que conhecemos; mas, apesar disso, à custa de esforços, quasi sobrenaturais, a razão triunfa e a alma exclama sinceramente:

«Essas cerimónias, a que assiste uma turba aristocrática na maior parte, são a expressão mais convincente do estado actual: são o brado sincero dos que pensam com justiça que hoje em Portu-

Sessão de Cinema

Assistimos à sessão cinematográfica oferecida, pelos srs. Bernardino Jordão, Filhos & C.ª, aos seus numerosos amigos e aos estudantes do Liceu e Escola Francisco de Holanda. O objecto da referida sessão era a projecção de um filme *elucidativo*, filme que se ocupa da produção da «lâmpada Philips». Afora o complemento de duas farças cómicas de grande hilariedade, podemos afirmar que a sessão constituiu uma verdadeira lição para todos. Ali se viu a grande fábrica produtora, os seus variados sectores laboriosos, o elevado número de empregados (25.000) que ela sustenta, etc.

E a perfeição da «lâmpada Philips» evidencia-se aos olhos de todos nós. E' um fabrico consciencioso, metódico e garantido.

Estas duas palavras de referência não podem traduzir sequer o grato prazer que, em todos os espectadores, ficou do scientifico espectáculo.

Agradecemos o convite.

Câmara Municipal

Sessão de 13 de Maio

Lida e aprovada a acta da sessão anterior.

Fizeram-se as arrematações da reparação e melhoramentos de pavimentos de diversas ruas.

Balanço:

Ficou inteirada do balanço dado pelo respectivo tesoureiro, relativo à semana finda em 9 do corrente, acusando os seguintes saldos:

Depósito na Caixa Económica Portuguesa	230.000,00
Existência em dinheiro no cofre	11.835,06
Total	241.835,06

Sétimo Orçamento Suplementar:

Foi apresentado o sétimo orçamento suplementar ao ordinário de receita e despesa do corrente ano económico de 1930-1931, importando a receita em 160.525\$40, e a despesa em igual quantia.

Lido e discutido o orçamento foi o mesmo aprovado.

Tomou diversas deliberações e autorizou pagamentos.

Nota: Em virtude de ter havido falta de número, não se realizou sessão no passado dia 20 do corrente. Por tal motivo só hoje podemos publicar o extracto da sessão de 13.

Republicanos, reem-seai-vos. Pela lei!

Página de anúncios

Ainda hoje não podemos publicar a página de anúncios. Pedimos desculpa.

gal os templos sagrados podem comparar-se e classificar-se lugares, onde uma população se diverte e ludibria: são os resultados da sociedade moderna, que aqui, manifestando-se religiosa por convicção, ali se apresenta, abominando os cultos e os dogmas!»

Os templos — cumpre confessá-lo — hoje fazem o papel secundário, em que os teatros conquistaram a primazia.

E' nêles que o povo assiste galvanizado na música e no canto, no estilo da sujeição em êxtase pela ingenuidade mística, a tanto obrigados na adoração ingénua os literatos fanáticos e crentes de profissão, recompensados por abafadas salvas de palmas.

A. F.

UMA DIVIDA DE SANGUE

OU

Um conceito errado de "Pátria,"

Muitos se apavoram em presença do problema político peninsular. Muitos, que não nós.

Os últimos acontecimentos de Espanha, com origem na brava sobrançeria dos monárquicos e clericais, não podem senão vir em reforço das nossas opiniões. A queima inexorável de alguns conventos, o «refrain» das multidões vociferantes em inenarráveis motins, o sagrado fogo que lhes alvoraçava os peitos, tudo, em suma, nos vem provar que a mais nitida consciência ampara orgulhosamente aquela República.

Deixem-se os reaccionários de «intentionas»; que os ventos do século XX correm maus para as monarquias; conseguem, quando muito, derramar o sangue generoso dos populares... mas não vingam a sua causa. Esta, caiu envolvida na lama dos Bourbons. Naqueles velhos conventos, — e não esqueçamos que a Espanha tem quasi cinco mil — vai agora entrar a devassa do vulgo. Agora tasquinhadados os seus mistérios claustrais. Não é, a bem dizer, uma guerra feroz, encarniçada, aos frades ou jesuitas. Mais do que isso, é a sua queda jurídica.

Que através do seu burel grosseiro, ao cabo mesmo da sua compostura «beatífico-seráfica», não deve ser difícil angariar elementos para *coroar a sua história*.

Não há muito que lemos em algures, umas ligeiras alusões a alguns desses «religiosos». Diziam-se, na rapidez veloz dum telegrama, que em certos conventos apareceram cadáveres, alguns em perfeito estado de conservação.

Não se apossou de nós o terror. Já em Portugal se dera outro tanto. Porque além de Galileu, de João Huss ou Giordano Bruno, de Estêvam Dolet ou Francisco Férrer, etc... houve uma formidável multidão anónima de mártires... maior, muito maior, do que a do «Flós-sanctorum». E, sobretudo, mais verdadeira. Já decorreram séculos sobre o início do lúgubre festim. Traídas as meigas, as doces e persuasivas doutrinas do remoto pastor, triunfou a seita. E os séculos rodaram sobre a onda... e eles souberam flutuar na onda. Amarfanharam a justiça, tripudiaram sobre o direito das gentes. Hoje, porém, que os povos se emancipam — à custa, muito embora, de tantas vidas — bate, na sineta dos tempos, a hora de os homens lhes tirarem contas do seu poderio arbitrário e ilimitado. Cabem-lhes as tremendas responsabilidades do passado. E os homens — sacudido o seu dominio ultrajante — imputam-lhas friamente.

Sejamos coerentes. A este propósito, nem uma vírgula, sequer, de interferência. É uma dívida de sangue, uma dívida que *longinquos netos têm de pagar por remotos avós*. Esta — quer queiram, ou não! — a verdade dos factos, a lei inevitável, severa, da história.

E ninguém veja no Povo a eterna criança! Todo o petiz, com tão poderosos elementos de vitalidade, se faz homem — sem contudo, julgarmos este capaz de envelhecer.

— Que foram, ao longo dos anos ou dos séculos, os descobrimentos ou conquistas, as heroicidades enfim (?)... senão o esforço coordenado de tantos plebeus? De tantos ignorados plebeus?

Não esqueçamos jámais que a Pátria — referimo-nos, além de todas, a Portugal — teve o seu amigo fervoroso, inseparável, no Povo. Sempre no Povo.

Fidalgos houve que sem pejos a vendiam ao estrangeiro. Em

Dos jornais

A título de curioso, transcrevemos do «Diário de Notícias» de 20 do corrente, o telegrama:

Barcelona, 18. — Os sindicalistas e estudantes que pertencem à esquerda universitária e à Liga Catalã dos Direitos do Homem organizaram uma reunião contra os fascismos italiano e português, a que assistiu numeroso público.

As conclusões consistem num protesto sobre o caso do professor Moulin, recordando o perigo militar e imperialista representado pelo fascismo, rotura das relações diplomáticas entre a Espanha e os governos fascistas, dissolução e expulsão das milícias fascistas italianas que existem em Espanha e uma salvação *às vítimas dos fascistas e à Internacional*, desarmamento da Guarda Civil por causa do seu espirito e disciplina fascista. — H.

Nascimento

Teve a sua delivrance, dando à luz uma robusta creança do sexo masculino, a Senhora D. Elisa Ribeiro Marques, dedicada esposa do nosso presado amigo e correligionário sr. Avelino Mendes Ribeiro, empregado superior da casa Jordão & Castro, Ltd.

"REVISTA PORTUGUESA DE COMUNICAÇÕES,"

Mais um número acaba de vir a público deste magnifico quinzenário lisbonense, prestes a entrar no quarto ano da sua bem sucedida publicação. Esmeradamente colaborado como sempre, há a destacar no aludido número um interessante artigo firmado pelo Sr. Clemente da Silva sobre o regime tarifário nas linhas férreas portuguesas, um outro de não menor oportunidade que tem por título «Aspectos económicos» e a sensacional secção «Notas coloniais».

O sumário completo abrange os seguintes assuntos:

«Tarifas ferroviárias», por J. G. «O trabalho das mulheres nas indústrias», pelo coronel Guilherme de Azevedo. «Conferência europeia sobre a circulação nas estradas», pelo sr. Sá e Melo. «Aspectos económicos», por Azevedo Alves. «Notas coloniais», por Hastor e Pollux. «A Voz do Operário», por Raúl Esteves dos Santos. «O regime tarifário nas linhas férreas portuguesas», por Clemente da Silva. «Problemas actuais», por J. R. G. «Valorização da provincia de Moçambique». «Resultados de exploração de alguns caminhos de ferro europeus e americanos em 1930». «Raúl Esteves dos Santos». «Polónia». «Dr. José Carvalho dos Santos». «Brazil». «Inglaterra».

Quinhentos — que os nossos integralistas ovacionam como o momento mais feliz dos seus reis, monstruosamente absolutos — o abandalhamento moral desses fidalgos foi dum contágio pestífero e famoso. Havia até fidalgos que, pelo simples motivo de incompatibilidade com o respectivo soberano, iam para o estrangeiro atraiçoar a Pátria. São coisas da história. Esses fidalgos não tinham «noção de Pátria»! E era o Povo, sempre o Povo, — quem ensinava generosa e impavidamente o caminho do dever aos aulicos dos reis. E o Povo era ignorante... Isto vem a propósito da «União Ibérica»... E nós apontamos tantos «iberistas» monárquicos do século passado — duque de Palmela, conde de Casal Ribeiro, duque de Saldanha, D. Luís, etc. — que até sentimos pena de serem portugueses. Ainda há bem pouco (no tempo das incursões do norte) andava lá por Espanha o Paiva Couceiro a implorar a sua intervenção nos destinos de Portugal.

Os monárquicos que respondam. A's suas calúnias respondamos com factos concretos. Que *Nemo mastigue mais esta ração...*

Aguia-Verde.

Crónica de Vizela

Ao entrar na ampla arena da publicidade republicana, faço-o sem enfeites, sem um corcel vistosamente ajaezado, sem plumas garridas que encimem a minha armadura, tendo posto de lado, os requebros de truão, os sons alarmantes das trompas e charamelas; resguarda-me apenas a couraça de sincero republicano, armado apenas de uma lança curta a que chamam pena.

Dou os primeiros passos em defezo do lidimo ideal. Desde os tempos idos, desses saudosos tempos académicos, que religiosamente guardei aqui no peito, bem fundo, um amor estrenuo à República. E, quando leio alguns artigos mal intencionados, que fazem da República um cesto imundo de farrapos, sinto como que uma vertigem, uma cólera surda rugir dentro em mim, e, recordo com enlêvo as palavras de Fénelon: — «A República não é um barrete vermelho, ou uma camisa róta e suja; a República é a inviolabilidade dos principios, é a liberdade, a igualdade, a fraternidade».

Vizela, a formosa e modelar estância termal do país, a sala de visitas do concelho de Guimarães, sem com isto tentar menosprezar a vetusta e aristocrática cidade de Gil Vicente, tem alguns republicanos que assim se podem chamar e qualificar.

Mas, possui peralvilhos louvainheiros, astutos jesuítas, trocintitas politicos, remando o barco sempre ao sabor da corrente que melhor lhes convém, mudando de máscara com a mesma facilidade com que mudam de camisa. A esses, farei eu sentir o azorrague da Verdade; publicamente desmascararei aqueles que a dentro da República constituem um perigo, uma desmoralização à própria República. Máscaras abaixo! Vamos a definir o ideal de cada um, vamos a arrancar, de entre a vasta sementeira republicana, alguns pés de jóio que geraram, cresceram e parasitariamente vivem sugando aqueles que são sinceros republicanos, e que para uma República purificada vivem e por ela têm tombado exangues no campo da honra e do dever. Máscaras abaixo! Vamos a apontar a dedo, a organizar armadilhas a essas esfomeadas hienas que a cada canto espreitam a sua vítima e, se aprontam para o salto fatal.

Tenhamos sempre bem presente a conclusão da fábula latina, em que certo homem encontrando uma serpente hirta, enregelada pelo frio, a recolhe no seu seio, a aquece, até que a serpente, em se sentindo melhor, cobardemente lhe morde. *Qui fest malis auxilium, post tempus dolet*. Ou então, como diz o português: *Quem o seu inimigo poupa, nas mãos lhe morre*.

E eu, de viseira levantada, em campo raso ou à estacada, sempre pugnarei e defenderei aquele ideal sublime que veio até mim, trazido pelos meus maiores antepassados.

F. Costa.

A's boas donas de casa

Recomendamos a grande liquidação que está fazendo a CASA DAS LOUÇAS. Liquidação completa das louças de esmalte, alumínio e porcelana e de muitos outros artigos.

Grandes abatimentos. Preços baratos, na CASA DAS MEIAS, junto à CAMISARIA MARTINS.

FERNANDO AYRES

ADVOGADO

Escritório junto à Conservatória

Aos nossos leitores

Houve, no último número deste jornal, *farturinha de gralhas*. Porém, como a terra tremeu, algumas coisas se deslocaram dos seus lugares... Esperamos, pois, que os nossos prezados leitores nos desculpem.

Na local «Estamos de acôrdo», houve a omissão de uma palavra, que desconcertou, por completo, o sentido de um período. E, assim, onde se lê: «São poucos aqueles que têm a necessária consideração pela honestidade e pela moralidade...», deve lêr-se: «São poucos aqueles que não têm a necessária consideração pela honestidade e pela moralidade...». Assim — e só assim — é que está certo, pelo menos a avaliar pelo que se passa na nossa terra. Se há, aqui, na classe do funcionalismo, quem não tenha consideração pela *honestidade* e pela *moralidade*, essa responsabilidade não nos pertence. Nós, como modestos orientadores de uma pequena *molécula* da Imprensa, procuramos, tanto quanto nos é possível, cumprir com o nosso dever.

A local «O meu orçamento», que também foi atingida com a *praga* das gralhas, é da autoria do nosso colaborador *Grigri* — que assinou, com este pseudónimo, o original da referida local.

Este número foi visado pela comissão de censura

EDITAL

JOSÉ MARIA PEREIRA LEITE DE MAGALHÃES E COUTO, administrador do concelho de Guimarães

Faz público que para os devidos efeitos e para cumprimento do art.º 8 do Decreto n.º 8364 de 25 de Agosto de 1922, a esta secção administrativa da Câmara baixou o edital da Circunscrição Industrial que é do teor seguinte:

MANUEL JACINTO ELOI MONIZ JÚNIOR, Engenheiro-Chefe da 1.ª Circunscrição Industrial

Faz saber que Fábrica de Tecidos do Rio, L.ª, requereu Licença para instalar uma fábrica de tecidos de algodão, linho e sêla, incluída na 3.ª classe com os inconvenientes de barulho, trepidações, perigo de incêndio, no lugar do Rio, freguesia de Santa Maria da Costa, concelho de Guimarães, distrito de Braga, confrontando ao Norte, Sul, Nascente e Poente, com terrenos da firma requerente.

Nos termos do Regulamento das Indústrias Insalubres, Incômodas, Perigosas ou Tóxicas e dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação deste edital, podem todas as pessoas interessadas apresentar reclamações, por escrito, contra a concessão da licença requerida, e examinar o respectivo processo, nesta Circunscrição, com sede em Porto, rua Sá da Bandeira, 142-2.º.

Porto, e Secretaria da 1.ª Circunscrição Industrial, em 15 de Maio de 1931.

Pelo Engenheiro-Chefe,

Humberto de Sousa Reis.

E' o quanto se contém no referido edital.

Guimarães, secção administrativa da Câmara, aos 22 de Maio de 1931.

E eu, José Fernandes Ribeiro Gomes, chefe da secção administrativa, o escrevi.

José Maria Pereira Leite de Magalhães e Couto.

Falecimento

Na pretérita sexta-feira, 22 do corrente, na sua casa do lugar de Ufe, freguesia de S. Lourenço de Calvos, deste concelho, faleceu, a esposa do nosso prezado amigo e assinante sr. Fernando José Moreira Leite.

A saudável extinta, que era tia do também nosso amigo, assinante e prezado correligionário José Gualdino Moreira de Lima, era possuidora de um bondosíssimo coração e muito esmolero.

O funeral, que se realizou na freguesia de S. Paio de Vizela, foi muito concorrido.

A' Ex.ª Família em luto o nosso sentido pesar.

«A Velha Guarda», é o jornal do Povo. Lêde-a e fazei-a circular.

Alfaiate

Oferece-se aos dias em casa particular.

Falar com António Martins Gonçalves.

Rua de Vila-Flor, 110

Guimarães.

EDITAL

JOSÉ MARIA PEREIRA LEITE DE MAGALHÃES E COUTO, administrador do concelho de Guimarães

Faz público que, para os devidos efeitos, e para cumprimento do art.º 8 do Decreto n.º 8364 de 25 de Agosto de 1922, a esta secção administrativa da Câmara baixou o edital da Circunscrição Industrial, que é do teor seguinte:

MANUEL JACINTO ELOI MONIZ JÚNIOR, Engenheiro-Chefe da 1.ª Circunscrição Industrial

Faz saber que Manuel da Costa, requereu licença para instalar uma fábrica de Serração de Madeiras, incluída na 2.ª classe com os inconvenientes de barulho e perigo de incêndio, na Avenida Miguel Bombarda, freguesia de S. Miguel das Caldas de Vizela, concelho de Guimarães, distrito de Braga, confrontando ao Norte, Nascente, Poente com terrenos de Joaquim Pereira, e Sul com Avenida Miguel Bombarda.

Nos termos do Regulamento das Indústrias Insalubres, Incômodas, Perigosas ou Tóxicas e dentro do prazo de 30 dias, a contar da data da publicação deste edital, podem todas as pessoas interessadas apresentar reclamações, por escrito, contra a concessão da licença requerida, e examinar o respectivo processo, nesta Circunscrição, com sede em Porto, rua Sá da Bandeira, 142-2.º.

Porto, e Secretaria da 1.ª Circunscrição Industrial em 20 de Maio de 1931.

O Engenheiro-Chefe,

Manuel Jacinto Eloi Moniz Júnior.

E' o quanto se contém no referido edital.

Guimarães, secção administrativa da Câmara, aos 25 de Maio de 1931.

E eu, José Fernandes Ribeiro Gomes, chefe da secção administrativa, o escrevi.

José Maria Pereira Leite de Magalhães e Couto.